DIÁRIO DO GRANDE ABC

Publicado em 19/08/2024 - 08:11

No Grande ABC, 30 mil pessoas são afetadas por remoções forçadas

Despejo ameaça 6.386 famílias da região que vivem em imóvel ilegal

SUSPENSE. Moradores do Núcleo Represa Alvarenga-Poney Club, nas margens da Represa Billings, lutam por moradia digna em São Bernardo, sob ameaça de despejo

Levantamento aponta que 30 mil pessoas são afetadas por remoções forçadas, a maioria negra

No Grande ABC, 6.386 famílias estão ameaçadas de despejo, outras 1.326 acabaram removidas de suas moradias e 68 tiveram ações de desocupação suspensas, entre março de 2020 e julho de 2024, de acordo com dados do Mapeamento Nacional de Conflitos pela Terra e Moradia, da Campanha Despejo Zero, articulação nacional composta por 175 organizações que atuam na luta pelo direito à vida na cidade. As estatísticas envolvem um universo de 30 mil pessoas na região. No Brasil, 1,5 milhão é afetada por remoções forçadas e, no Estado, esse número chega a 403 mil. Os efeitos da pandemia da Covid-19 podem estar relacionados com o total de moradores das sete cidades afetados por problemas habitacionais. Perfil das vítimas mostra que 66% se declaram pretas e pardas, 60% são mulheres, 17% crianças e, 16%, idosos. *Setecidades 1*

No Grande ABC, 30 mil pessoas são afetadas por remoções forçadas

Levantamento aponta que 6.386 famílias vivem ameaça de despejo na região; mulheres, pretos e pardos são maioria das vítimas

THAINÁ LANA
thainalana@dgabc.com.br

No Grande ABC, 30 mil pessoas sofreram com a questão das remoções forçadas (entre ameaças e despejos) de março de 2020 a julho de 2024, segundo dados do Mapeamento Nacional de Conflitos pela Terra e Moradia, da Campanha Despejo Zero, articulação nacional composta por 175 organizações que atuam na luta pelo direito à vida na cidade.

Desse total, 1.326 famílias foram removidas das suas moradias durante o período, outras 6.386 estão ameaçadas de despejo e 68 estão com ações de desocupação suspensas. No Brasil, 1,5 milhão de pessoas são afetadas por remoções forçadas e no Estado esse número chega a 402.920.

Consequências ocasionadas pela pandemia da Covid-19 podem estar relacionadas com o total de moradores da região afetados por problemas habitacionais. Raquel Ludermir, gerente de incidência política da Habitat Brasil, relaciona os dados com a medida do STF (Supremo Tribunal Federal), que suspendeu em 2021 os despejos e as ações de reintegração de posse contra famílias vulneráveis. Ela alerta para significativo aumento de casos de despejo represados desde então e que foram liberados em outubro de 2022.

"Ao mesmo tempo, houve um empobrecimento marcante das famílias e uma elevação do custo de vida. Muitas pessoas acabaram em situação de rua, foram morar em ocupações urbanas ou entraram no que chamamos de déficit habitacional, ou seja, passaram a morar de favor ou de aluguel, comprometendo ainda mais a sua renda", explica Raquel.

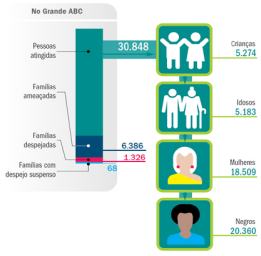
"Estamos agora em um cenário de grande preocupação, que significa um risco potencial de convulsão social. Sabemos que já existe uma dívida histórica do País em relação ao problema da moradia, e se além disso as famílias forem colocadas na rua, isso pode ter efeitos devastadores", diz.

As ações de despejo das famílias que já vivem em insegurança habitacional intensificam ainda mais a vulnerabilidade socioeconômica dessa população, revela Raquel.

"Existe a questão das indenizações, que são muitas vezes inadequadas e não compatíveis com os preços praticados no mercado imobiliário. Devido aos valores insuficientes, essas pessoas acabam recorrendo às áreas de risco. A questão do despejo não deve ser a solução imediata, pois, na prática, o despejo simplesmente desloca o problema para outro lugar", pontua a gerente.

Entre os tipos de remoção forçada estão as promovidas por proprietários privados, que solicitam judicialmente a reintegração de posse; as relacionadas ao poder paralelo, em casos de terrenos com atuação de milícias e outros grupos; os despejos administrativos, promovidos pelo poder público e as remoções forçadas por questões ambientais.

HABITAÇÃO. Núcleo Represa Alvarenga-Poney Club é objeto de reintegração de posse desde 2003



PERFIL

Do total de vítimas dessas remoções e despejos no Grande ABC, a maioria dos afetados é formada por pessoas que se autodeclaram pretas e pardas (66%), mulheres (60%), crianças (17%) e idosos (16%). "O que isso revela é que a população mais preta, pobre, periférica e as mulheres, especialmente as mães solo e chefes de família, enfrentam maiores dificuldades para acessar a moradia", complementa a gerente de incidência política, Raquel Ludermir.

Entre as soluções apontadas pela especialista, está a análise individual dos casos e o cumprimento da função social dos terrenos. Para ela, em muitas ações, o proprietário não consegue comprovar a legalidade do imóvel, e esse ponto deve ser considerado, assim como possíveis dívidas de IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana).

"A propriedade não é um direito absoluto, ela vem com a condição de que o proprietário dê uma função social. Se isso não está acontecendo, existem mecanismos legais, como a usucapião, por exemplo. O direito a moradia é constitucional", finaliza Raquel.

DO PODER PÚBLICO

Segundo a plataforma da Campanha Despejo Zero, 3.920 pessoas foram afetadas por remoções forçadas em Diadema durante o período, sendo 800 famílias ameaçadas de despejo no Sítio do Joaninha e 180 na ocupação no Jardim Ruyce. A Prefeitura, porém, contesta os dados, e diz que o mapeamento utiliza como fonte uma área de São Bernardo como sendo do município diademense.

"Trata-se da Vila da Paz, próxima à Vila Joaninha, onde residem 800 famílias. Diadema já entrou em contato com os responsáveis pelo site da Campanha Despejo Zero para que essa informação seja corrigida", destacou a administração por meio de nota.

O Paço pontuou ainda que foram entregues mais de 5.000 títulos de propriedade e foi efetivada a contratação de 562 unidades habitacionais, em parceria com movimentos sociais e por meio do programa Minha Casa Minha Vida.

A Prefeitura de Mauá informou que, desde 2021, já regularizou 2.148 imóveis e que oferece suporte aos moradores, como bolsa-aluguel, para as famílias removidas de áreas públicas.

A administração de Rio Grande da Serra diz que entregou 1.801 matrículas, regularizou um núcleo e mais nove estão em fase de regularização. Além disso, a Prefeitura pleiteia ações vinculadas ao CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) para construções de unidades habitacionais na cidade.

As demais prefeituras não informaram ações realizadas.

'Vivemos há anos um clima de terror'

Moradores do Núcleo Represa Alvarenga-Poney Club, nas margens da Represa Billings, em São Bernado, lutam há anos por moradia digna. O terreno de aproximadamente 59 mil metros quadrados, ocupado por cerca de 1.000 famílias, pertence à Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) e é objeto de reintegração de posse desde 2003. O assentamento existe desde a década de 1970 e começou a ser formado por pessoas em situação de vulnerabilidade social que trabalhavam na construção da Rodovia dos Imigrantes.

Após diversas tentativas de despejo, o terreno, localizado em uma área considerada de proteção permanente, foi cedido em julho deste ano à Prefeitura de São Bernardo até 2043. Com o acordo, o Paço são-bernardense assumiu a responsabilidade pela recuperação ambiental, remoção de moradias irregulares e a alocação adequada das famílias instaladas no local, informou a Emae.

Mesmo com a condição de oferecer moradia digna às famílias do núcleo, o líder comunitário José Araújo da Silva, 44 anos, diz que durante todos esses anos em que ocorre o processo a Prefeitura não prestou suporte aos moradores. Além disso, ele cobra as unidades habitacionais prometidas pela administração e descritas no (Programa Mananciais – Plano de Trabalho de 2013), que dispõem sobre a urbanização integrada e reassentamento de assentamentos precários localizados na área de proteção e recuperação de Mananciais da Bacia Billings. Segundo o documento, seriam construídos 2.044 empreendimentos e 5.119 famílias de seis assentamentos seriam beneficiadas.

"Vivemos há anos um clima de terror, não queremos que o trator passe por cima da gente. A área é urbanizada e tem famílias que residem há mais de 40 anos aqui, não podem simplesmente derrubar tudo pela frente e deixar essas pessoas desabrigadas. Somos a favor da obra, que irá expandir também a Estrada dos Alvarengas, mas é preciso colocar em prática o que foi prometido desde 2011 e oferecer moradias dignas", disse Silva, que mora há 20 anos no local.

Questionada sobre o assunto, a Prefeitura de São Bernardo não retornou até o fechamento desta edição. TL

Família teve parte de imóvel demolida em São Bernardo

Nesta semana, a família da professora de matemática Vanderlea Mendonça Novaes, 50 anos, sofreu com ação de demolição de parte do imóvel, localizado na área Poney Club, na Estrada dos Alvarengas, em São Bernardo. A moradora afirma que, na quinta-feira (15), equipes da Prefeitura, acompanhadas por agentes da GCM (Guarda Civil Municipal), teriam demolido dois cômodos da sua casa sem qualquer notificação prévia ou apresentação de ação judicial.

O terreno, que pertence à Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) e foi cedido ao Paço são-bernardense neste ano, é uma área de proteção permanente e abriga o Núcleo Represa Alvarenga-Poney Club. Vanderlea, que mora com duas filhas menores de idade, uma delas com deficiência física, reside há 20 anos no local e estava ampliando o espaço, com a construção de um banheiro e um quarto.

"Comecei a fazer os cômodos em 2019 por causa da minha filha, que tem problemas respiratórios. A casa é de madeirite, o banheiro está caindo em cima da nossa cabeça, por isso fizemos as obras, que retornaram somente neste ano por falta de dinheiro", explica ela.

Sobre a ação de demolição, a professora conta que a família foi surpreendida logo no início da manhã. "Eles chegaram chutando a minha porta e gritando como se eu fosse uma terrorista, parecia um filme de terror. Sou mãe e pai das minhas filhas, pago meus impostos, trabalho, não podem chegar dessa maneira. Sem contar que falaram na terça-feira (13) com a minha menina, que é menor de idade, sem a minha presença", disse a moradora, que registrou um BO (Boletim de Ocorrência) sobre o caso no 8° DP (Distrito Policial) do município.

A Prefeitura de São Bernardo não retornou os questionamentos sobre o caso até o fechamento desta edição. TL

DESESPERO. Vanderlea ao lado da filha Valentina após demolição

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Pagina:** Capa + página 1

Copyright © Clipclap 2025.